

O PROCESSO HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO E A DÍVIDA SECULAR DO BRASIL

THE HISTORICAL PROCESS OF LITERACY AND SECULAR DEBT IN BRAZIL

¹GARCIA, Tairine Cristina; ²VIEIRA, Andréia Maria de Souza

^{1e2}Curso de Pedagogia– Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos-Unifio/FEMM

RESUMO

A história da alfabetização nos apresenta ao longo de seu processo que as concepções foram se modificando. Compreender como a criança constrói o sistema de escrita é algo intrigante, por isso, relevante. O presente trabalho tem por objetivo apresentar o percurso histórico da alfabetização, bem como aspectos de como as crianças se alfabetizam na concepção construtivista. Assim, este estudo, de natureza bibliográfica apoiou-se nos referenciais de Mendonça, Mortatti, Tavares entre outros, acerca do tema. Ao longo desse percurso histórico, nos deparamos com os métodos de alfabetização e desse modo, o método fônico é um método utilizado nas escolas para alfabetizar os alunos utilizando os sons, tendo como característica fazer com que as crianças identifiquem a relação existente entre grafia e fonema, isto é, letra e som. Porém, não só os métodos estão nesse percurso, mas também um novo olhar para uma concepção de aprendizagem, que apresenta condições para que as crianças aprendam a escrever refletindo em seu percurso. A concepção construtivista que destaca o aluno como protagonista do seu processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Alfabetização; Construtivismo; Métodos de alfabetização.

ABSTRACT

The history of literacy presents us throughout its process that the conceptions have been changing. Understanding how the child builds the writing system is intriguing, and therefore relevant. The present work aims to present the historical path of literacy, as well as aspects of how children become literate in the constructivist conception. Thus, this study, of bibliographic nature was based on the references of Mendonça, Mortatti, Tavares among others, on the theme. Throughout this historical path, we come across literacy methods and thus, the phonic method is a method used in schools to literate students using sounds, with the characteristic of making children identify the relationship between spelling and phoneme, that is, letter and sound. However, not only are the methods on this path, but also a new look at a learning concept, which presents conditions for children to learn to write reflecting on their path. The constructivist conception that highlights the student as the protagonist of his learning process.

Keywords: Literacy; Constructivism; Literacy methods.

INTRODUÇÃO

O tema pesquisado é muito intrigante e, compreender como as crianças pensam sobre a escrita é um processo relevante na alfabetização. Muitos, até uns anos atrás, foram alfabetizados por meio do método fônico, e acredita-se que era o que os professores tinham como base. Entretanto, com os avanços nos estudos sobre alfabetização, foi preciso olhar para as crianças e entender que são seres que precisam desenvolver autonomia ao construírem seu próprio processo de aprendizagem. Assim, com os estudos da Psicogênese da Língua Escrita, por

exemplo, pode se observar como o próprio ser humano constrói hipóteses sobre como funciona a escrita.

Consta na Constituição Federal de 1988 e, na LDB¹ que é dever do Estado garantir o direito de todos aprenderem a ler e escrever, e as crianças em seu desenvolvimento, precisam desse direito garantido e respeitado.

Nesse sentido, o presente trabalho com objetivo de apresentar o percurso histórico da alfabetização no Brasil, bem como aspectos de como as crianças se alfabetizam na concepção construtivista, evidencia a dívida secular em relação à alfabetização e os métodos de alfabetização que surgiram com o decorrer dos anos.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho de natureza bibliográfica, por meio de uma abordagem qualitativa, tomou-se por base as contribuições teóricas de Ferreiro (1999), Mortatti (2004), Vygotsky (2007), Lowenfeld (1997), Tavares (2011), sobre o processo histórico da alfabetização e dos métodos de alfabetização que surgiram ao longo dos anos.

DESENVOLVIMENTO

Iniciando o trabalho de revisão de literatura, ao se discutir sobre alfabetização, os estudos trazem, quase sempre, informações a respeito da dívida secular, no Brasil, em relação ao analfabetismo, uma vez que saber utilizar a escrita, ler e escrever, são necessidades vistas na sociedade como inquestionáveis, para a cidadania e o desenvolvimento de uma nação. É dever de o Estado criar condições, por meio da educação, em relação ao acesso e ao direito de todos os cidadãos na aprendizagem da leitura e da escrita. No artigo 2º da LDB, enfatiza-se que

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno

¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Tem-se uma exigência legal, no entanto, é preciso que a formação cidadã ocorra de fato e, para isso, espera-se que o Estado cumpra seu papel.

Na década de 1980, o Brasil apresentava muitas dificuldades para garantir esse direito, para poder enfrentar os obstáculos que identificava-se. Por muito tempo criaram-se muitas iniciativas para melhorar os aspectos relacionados à educação. Mas, em nosso país, ainda havia mais de vinte milhões de analfabetos, e os governos tinham responsabilidade sobre essa vergonha. Tínhamos um país que produzia aviões, hidrelétricas e não podíamos ficar diante dessa realidade.

Nesse sentido, desde o período colonial, existia um número de pessoas que não sabiam ler e escrever, essa situação surgiu como um problema de ordem eminentemente política, no final do período imperial com a proibição do voto dos analfabetos. O voto facultativo dos analfabetos voltou a ser garantido na Constituição de 1988, porém o analfabetismo foi se construindo especialmente ao longo do século XX, como um problema social, cultural e econômico, destacando a relação da discriminação do analfabeto alegando a incapacidade.

A partir dos primeiros censos populacionais, buscava-se conhecer o número de pessoas que sabiam ler e escrever, porém os resultados obtidos eram dados sobre o elevado analfabetismo da população.

Durante décadas, os censos continuavam medindo o analfabetismo, e em razão das mudanças nas condições culturais, sociais e em decorrência as definições de alfabetização, surgiam critérios que considerava uma pessoa analfabeta e alfabetizada. Nos censos de 1940, o critério se baseava na relação das pessoas terem a capacidade de ler e escrever o próprio nome, já em 1950 a 2000, uma definição mais ampla se estendeu, era considerado alfabetizado o sujeito que era capaz de escrever e ler um bilhete simples no idioma que conhecesse. Portanto, não era considerada alfabetizada a pessoa que sabia apenas escrever o seu nome.

Em 1951, segundo a UNESCO, houve uma evolução do conceito de alfabetização, uma pessoa ao saber ler e escrever uma curta declaração e entender aquilo que escreveu, era considerado alfabetizado. Em 1957, houve um avanço de habilidades aplicadas a um contexto social, entre outros conceitos.

Ainda que houvesse muitas mudanças, os censos disponíveis desde 1872 até os dias atuais nos mostram a persistência e a complexidade do problema do analfabetismo no Brasil.

Trata-se, portanto, de um problema que acompanha a história do país ao longo de mais de um século, desde a proclamação da República, em 1889. Notamos também, a dificuldade do estado de garantir que a educação escolar dê conta de sua tarefa fundamental.

Como vimos nos trechos acima, a educação vem tentando, há mais de um século, soluções para o analfabetismo. No geral, a educação pode ser definida como uma atividade específica, que tem por finalidade a formação humana, considerando sua capacidade de aprender e ensinar em diferentes situações da vida. A mesma estabelece uma função de mediação, por meio de processos educativos construindo determinadas relações dos indivíduos entre a sociedade.

A partir do século XVI, na Europa, passaram a ser depositadas expectativas na educação como forma de transformação racional da sociedade e na educação escolar, também. Essas expectativas estão relacionadas à concepção social de infância que foi sendo configurada a partir do século XVIII, com uma relação de infância e família fortemente ligada ao sentimento de classe social. Separado do convívio indiferenciado, com os adultos e povos, as crianças da burguesia começaram a receber cuidados adequados a suas particularidades, sendo transferida para a família a responsabilidade de buscar a formação moral e espiritual dos seres, que estavam em formação, com muita disciplina nos colégios jesuítas.

Contudo, a preocupação com a educação escolar das crianças surgiu inicialmente com reformadores moralistas e religiosos, que lutavam contra a anarquia, e, no caso de reformadores protestantes, que destacavam a função

social da educação e da escola, assim como a valorização da língua nacional e do aprendizado a leitura, como meio de compreender a Sagrada Escritura.

No decorrer do século XIX, no mundo ocidental a educação foi ganhando impulso e seu sentido religioso foi sendo substituído por um sentido menos religioso e a escola foi aderindo um lugar institucional privilegiado para preparar novas gerações. A escola passa a assumir um papel laico e de progresso, pois passou a prometer a todos o acesso à cultura letrada, centrada na escrita. Porém, por essa promessa surgiu um grande problema entre a escola, o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita, alfabetização. As leis estabeleciam obrigatoriedade, sobre a da educação escolar laica.

Além das discussões sobre a laicização da educação, paralelamente, discutia-se qual o melhor método para alfabetizar, uma vez que acreditava-se que o método era o responsável pelo sucesso ou fracasso da aprendizagem. Como os resultados ainda eram insatisfatórios e relacionados ao fracasso, a visão que se tinha era o uso de métodos inadequados, os métodos que eram discutidos na época eram o Método Fônico ou Sintético que propunha ao aluno a aprendizagem, primeiro das letras ou sílabas, e o som das mesmas, para depois chegar nas frases e, Método Global ou Analítico que defendia que o melhor era oferecer ao aluno a totalidade, ou seja, pequenos textos, frases e palavras para que ele fizesse uma análise e chegasse às partes, que são sílabas e letras.

E a educação escolar tornou-se, assim, agente de esclarecimento de massas, iletradas e fator de civilização pela alfabetização. A partir daí ler e escrever se tornou fundamento obrigatório, na escola gratuita e laica. Então, para ser ensinada, a leitura e a escrita, as escolas foram submetidas a uma organização sistemática e metódica.

Assim, a partir desse ponto de vista, aprender a ler e a escrever se apresenta como um momento de mudança, como uma passagem para um mundo novo.

E, apesar de toda persistência das tradições herdadas, houve muitas mudanças na relação de analfabetismo e alfabetização, assim como escola e

educação. Elas estão associadas a condições de desenvolvimento social, cultural, econômico e político, que trouxeram novas responsabilidades.

Portanto, ainda é preciso aprender a ler e escrever, mas a alfabetização precisa ser entendida como aquisição de habilidades para além de uma mera decodificação. E é preciso também utilizar-se da leitura e da escrita, de acordo com as exigências sociais, designadas por Mortatti (2004) como letramento.

Alguns programas foram criados para tentar solucionar essa dívida, o direito de se alfabetizar na escola. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, é a lei máxima da educação no país promulgada em 1996, trouxe muitas mudanças em relação as regras que tínhamos. Ela inova ao ampliar os conceitos de educação, evidencia o objetivo a formação básica do cidadão, com o foco em proporcionar conhecimentos básicos para a vida em sociedade, pois a educação é a base para a cidadania.

Para Mortatti (2004) as mudanças necessárias para enfrentar sobre as bases novas a alfabetização inicial, não se resolvem com um novo método de ensino, nem com novos testes de prontidão e materiais didáticos.

Em meados dos anos 60, a discussão sobre a alfabetização se estendeu e muito dinheiro foi investido em pesquisas para compreender o que tinha de errado com as crianças que não aprendiam. No decorrer da década de 70, houve uma mudança de padrão, a área de investigação se modificou, ao invés de procurar relações que explicassem o déficit dos alunos que não conseguiam aprender, começaram a compreender como conseguiam aprender a ler e escrever e o que pensam sobre a escrita, os que ainda não eram alfabetizados.

Um amplo trabalho desencadeou-se com Emília Ferreiro e Ana Teberosky que começaram a investigar e compreender esse processo de alfabetização, e isso, nos trouxe uma mudança radical nas práticas de ensino da leitura e da escrita no início da escolarização, mudando as concepções, percebe-se que já não pode se ensinar, como antes.

No decorrer dos estudos, o que mais nos indica como as crianças fazem para compreender a natureza da escrita são suas produções espontâneas, não

sendo elas, resultados de uma cópia. Quando uma criança escreve da maneira que ela acredita que poderia escrever certo conjunto de palavras, está nos oferecendo um documento riquíssimo que necessita ser interpretado.

Aprender a interpretar a escrita realizada pelas crianças é algo que requer uma atitude teórica definida. Não podemos pensar que a criança aprende somente quando ela está sujeita a um ensino sistemático, e que ela será “ignorante” até que receba determinado ensino, com isso jamais enxergaríamos algo, porém se pensarmos que as crianças são seres que não pedem permissão para aprender, com isso teremos a noção de que ela possa aprender sem a permissão institucional. Saber se resulta em construir um conjunto de fenômenos. Uma criança pode saber e conhecer o valor sonoro convencional das letras, e não entender o sistema de escrita.

As primeiras escritas infantis nas suas representações aparecem como os primeiros rabiscos das crianças, que para elas são de pouco entendimento. Considerados movimentos que vão evoluindo com o tempo. Os rabiscos das crianças considerados nesse primeiro momento são conhecidos por “garatujas”. As garatujas em primeiro contato podem parecer estranhas, e confusas no olhar dos adultos, porém são de extrema importância, pois influenciam no desenvolvimento das crianças.

Vygotsky (2007) afirma que a criança quando faz seus primeiros rabiscos, está expressando seus movimentos gestuais, são traços que ainda não representam um desenho no verdadeiro sentido da palavra, mas simples movimentos que fazem parte do seu dia-a-dia.

Entende-se por garatujas os registros considerados por Lowenfeld (1997 *apud* TAVARES, 2011, p.14):

Como garatujas desordenadas são simplesmente gestos que são fixados sobre o papel, conhecidas assim por signos que as crianças usam para a representação, ou seja os gestos representados pela linguagem falada.

Nesse sentido, o autor classifica as garatujas em três categorias: garatujas desordenadas, garatujas controladas e a atribuição de nomes às garatujas.

O modo que se considera a escrita é um modo tradicional em que consiste em prestar atenção na forma gráfica das produções, ignorando os aspectos construtivos. Os aspectos gráficos têm a ver com a qualidade do traço, a distribuição especial das formas etc. Os aspectos construtivos estão relacionados com o que se quis representar, e os meios utilizados para criar diferenciações entre as representações.

No olhar construtivista, a escrita segue uma evolução surpreendentemente natural, através de diversos meios culturais e sistemas educacionais. Podendo ser diferenciados em três grandes períodos, a distinção entre o modo de representação icônico e o não-icônico, construção de formas de diferenciação (controle progressivo das variações sobre os eixos qualitativo e quantitativo) e a fonetização da escrita (que se inicia com um período silábico e culmina no período alfabético).

No primeiro período temos duas diferenciações básicas que sustentarão as construções decorrentes: a diferenciação entre as marcas gráficas figurativas e as não-figurativas, e a construção da escrita como objeto substituto. A distinção entre “desenhar” e “escrever” é de extrema relevância, ao desenhar se dá conta do icônico, ao escrever o icônico se deixa de lado, pois as formas das representações não produzem a forma dos objetos. As crianças não colocam muito esforço intelectual para inventar letras novas, elas recebem a forma das letras e as adotam, já por outro lado, as crianças colocam muito esforço intelectual na constituição de formas de diferenciação entre as escritas e isso caracteriza os próximos períodos.

Assim, estamos tão acostumados a enxergar a aprendizagem da leitura e escrita como um processo escolar que não conseguimos ver, e, no entanto, esse processo se inicia muito antes da escolarização.

O contexto em que as crianças vivem está repleto de signos e significados. Deve-se desmistificar a ideia de que se o processo de aprendizagem ocorrer fora do âmbito escolar, alguma coisa está errada. A instituição social criada para controlar o processo de aprendizagem é a escola, mas ela não é o único espaço para a aprendizagem da escrita.

As crianças desde que nascem são construtoras de seu conhecimento, levantam problemas e tentam descobrir as respostas por si mesmas. Estão construindo objetos complexos de conhecimento, e o sistema de escrita é um deles. Em vez de nos perguntarmos se devemos ensinar, temos que nos preocupar em oferecer às crianças ocasiões de aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, entende-se que a história da alfabetização ao longo de seu processo destacou mudanças nas concepções sobre alfabetização, evidenciando que é necessário interpretar o que as crianças querem representar por meio da escrita e identificar que no processo de escrita, todas as hipóteses necessitam ser interpretadas.

As crianças se comunicam, e elas estão inseridas em um mundo cheio de representações, e o percurso de como representar a maneira em que elas vêem o mundo pela concepção construtivista é muito importante.

Por fim, compreende-se que o método fônico é um método utilizado nas escolas para alfabetizar os alunos utilizando os sons, tendo como característica fazer com que as crianças identifiquem a relação existente entre grafia e fonema, isto é, letra e som, e que ainda se discute em alfabetização. Porém, destaca-se nesse percurso, olhar para uma concepção de aprendizagem, que apresenta condições para que as crianças aprendam a escrever refletindo sobre a escrita em seu processo de alfabetização.

REFERÊNCIAS

BECKER, Fernando. **O caminho da Aprendizagem em Jean Piaget e Paulo Freire: Da ação a Operação**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Brasília- DF. INEP. **Ministério da Educação**. Testes Abc. 13° ed. 2008.

KUCYBALA, Fabiola dos Santos. **Métodos de alfabetização**. Sagah. Disponível em:file:///C:/Users/Usuário/Desktop/ARTIGOS%20PARA%20O%20TCC/flipbook.pdf. Acesso em: 19 de Fevereiro de 2020.

LOWELFEL, Viktor E.Brittain,W.Lambert. **O desenvolvimento da capacidade criadora**. São Paulo:Mestre Jow ;1977.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. **Emilia Ferreiro e a alfabetização no Brasil: Um estudo sobre a Psicogênese da língua escrita**. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

MENDONÇA, Onaide Schwartz. **Percurso histórico dos métodos de alfabetização**. Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

MORAIS, Arthur Gomes de. **Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo Mortatti. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Brasília, 2006.